

ADENDO AO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO DE FEVEREIRO DE 2021

Conforme mencionado no Relatório Mensal de Controle Interno referente ao mês de fevereiro de 2021, o controle do limite da despesa com pessoal somente seria verificado, e controlado de fato, quando tivéssemos a informação quanto à Receita Corrente Líquida do Município, o que veio a ser possível apenas no mês de maio do corrente ano, e somente em relação ao 1º Quadrimestre, quando fora encaminhada tal informação à Câmara Municipal. Sendo assim, passamos a completar a análise referente ao item 2.2.2. do relatório supracitado:

2.2.2. Despesa com pessoal

Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000. O limite legal previsto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê o gasto máximo de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município com pessoal do Poder Legislativo. Para a análise do limite estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, primeiramente, há a necessidade de identificar o total dos gastos com pessoal, relacionando as despesas desta natureza, conforme se segue:

DESPESAS:

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	R\$ 22.865,70
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal (inclusive Subsídio Vereador)....	R\$ 325.910,02
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 62.448,16
3.1.90.16.00	Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil.....	R\$ 1.271,07
3.3.90.34.00	Outras Desp. Pes.	R\$ 0,00
Total das Despesas com Pessoal.....		R\$ 412.494,95

Encontrado o total das despesas com pessoal, passamos a verificar o percentual do gasto com pessoal do Poder Legislativo em relação à receita corrente líquida do Município, tomando por base o disposto no §2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber, somamos a despesa com pessoal realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, o que totalizou o valor de R\$ 5.322.920,89 (cinco milhões, trezentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais e oitenta e nove centavos). A receita corrente líquida do Município, no mesmo período, totalizou R\$ 299.643.192,88 (duzentos e noventa e nove milhões, seiscentos e quarenta e três mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos). Sendo assim, o valor total das despesas com pessoal do Poder Legislativo no período apurado representou 1,78% (um vírgula setenta e oito por cento) da receita corrente líquida do Município, ou seja, bem aquém do limite de 6% (seis por cento), bem como dos limites prudenciais previstos no parágrafo único, do art. 22, e no inciso II, §1º, do art. 59, ambos da LRF.

Com relação ao limite estabelecido pelo inciso VII, do art. 29, da Constituição Federal, a saber, “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco

COMISSÃO PERMANENTE DE**CONTROLE INTERNO**

por cento da receita do Município”, identificamos que a receita do Município no mês em referência foi de R\$ 27.701.529,53 (vinte e sete milhões, setecentos e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos), em contrapartida, o total da despesa com remuneração dos Vereadores no mesmo mês representou o montante de R\$ 119.491,71 (cento e dezenove mil, quatrocentos e noventa e um reais e setenta e um centavos), o que equivale a 0,43% (zero vírgula quarenta e três por cento) da referida receita. Contudo, somando-se os resultados da receita do Município do mês anterior com a do mês em referência, e da despesa com a remuneração dos Vereadores da mesma forma, chegamos ao percentual de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), ficando, assim, comprovada a obediência ao preceito constitucional supramencionado, tendo em vista que se encontra bem aquém do limite constitucional, não chegando a 0,5% (meio por cento) da receita do Município, conforme demonstrado abaixo:

MÊS	RECEITA DO MUNICÍPIO	DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	PERCENTUAL PERMITIDO	PERCENTUAL EFETIVADO
Janeiro	R\$ 31.925.112,87	R\$ 119.491,71	5%	0,37%
Fevereiro	R\$ 27.701.529,53	R\$ 119.491,71	5%	0,43%
TOTAL	R\$ 59.626.642,40	R\$ 238.983,42	5%	0,4%

CONSELHEIRO LAFAIETE, 19 DE JUNHO DE 2021.

ANDERSON LEONARDO TAVARES

ÉDIA LUCIENE MAGALHÃES DE CARVALHO NETO

ANDERSON HENRIQUES FERREIRA